

CORREIO ECONÔMICO



BB assina termo para devolução por cobranças indevidas

BB anuncia devolução de R\$ 20,6 milhões aos clientes

Em decorrência de assinatura de termo de compromisso com o Banco Central (BC), em 3 de fevereiro último, o Banco Brasil (BB) terá de devolver a 'bagatela' de R\$ 20,6 milhões a clientes, por conta de cobranças indevidas, em um período máximo de 12 meses. Desse total, R\$ 6,5 milhões se referem à cobrança de taxa de juros, acima do limite, de Microempreendedores

Individuais (MEIs) e outros 1,41 milhões, correspondentes à uma cobrança em desacordo com a regulamentação de tarifa de fornecimento da segunda via do cartão.

Por meio do termo de compromisso, a instituição financeira se compromete a interromper com determinadas condutas abusivas e a corrigir irregularidades, como as citadas.

Acima do limite

O primeiro tema do termo de compromisso do BB de não mais cobrar taxas de juros superiores ao limite máximo de 8% ao mês nas operações de cheque especial a clientes MEIs em 3 de outubro de 2022. A Resolução CMN 4.765/19 fixa esse teto para a modalidade.

Desacordo

Já o segundo tema tratado entre o BB junto ao Banco Central (BC) diz respeito à devolução de R\$ 14,1 milhões em razão de cobrança, em desacordo com a regulamentação, de tarifa de fornecimento de segunda via de cartão com função débito e/ou crédito em três casos.



Aspiração pelo clube do petróleo atropela sustentabilidade

Governo federal pleiteia um assento na Opep+

Em meio ao 'fogo cruzado' no plano comercial global, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira anunciou que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) discutirá a entrada do Brasil na OPEP+ (composta pelos países produtores de petróleo que não participam da Organização dos Países Exportadores

de Petróleo (OPEP).

Ao considerar a adesão 'estratégica' para a economia nacional, Silveira diz que "é muito importante participar desses fóruns de discussão, para avançar na visão estratégica de desenvolvimento econômico com sustentabilidade e resultados sociais, que é o que buscam as nações".

Convite

Na verdade, há mais de um ano está na mesa um convite para o ingresso do país no Opep+. Em novembro de 2023, o governo brasileiro informou que estaria analisando o convite para entrar no grupo. A ideia teria sido confirmada pelo mandatário brasileiro.

Fora de hora

A pretensão brasileira na Opep+, no entanto, foi criticada, uma vez que a cúpula do clima discutia alternativas aos combustíveis fósseis, como o petróleo, carvão mineral e gás natural. Segundo Silveira, a entrada do Brasil na OPEP+ 'ainda está em fase de avaliação'.

Recorde

Recorde histórico, a Embraer totalizou US\$ 26,3 bilhões em sua carteira de pedidos, no 4T24, o que representa um acréscimo de 40%, no comparativo anual desse indicador. No segmento de Aviação Comercial, a carteira de pedidos somou US\$ 10,2 bilhões no 4T24.

Impulso

A carteira da Aviação Executiva totalizou US\$ 7,4 bilhões no 4T24, um avanço de 70% ante 2023 e de 67% quando comparado ao terceiro trimestre. O avanço do segmento foi impulsionado pelo contrato com a Flexjet, anunciado na quarta-feira, 5, pela companhia.

Endividamento das famílias recua para 76,1% em janeiro

Segundo CNC, o consumidor está mais cauteloso, face aos juros altos

Por Marcello Sigwalt

Embora discreta, a queda do nível de endividamento das famílias, de 76,7% em dezembro, para 76,1%, em janeiro último, é importante, sob o ponto de vista de tendência (segunda queda consecutiva), mas que precisa se consolidar nos próximos meses. O percentual do mês passado também é bem melhor do que o exibido em janeiro de 2024, quando o patamar de endividamento familiar chegou a 78,1%. Trata-se de uma queda de dois pontos percentuais.

Por sua vez, a parcela de consumidores com contas em atraso 'encolheu' de 29,3% em dezembro para 29,1% em janeiro, igualmente pelo segundo mês seguido. Um ano antes, em janeiro de 2024, a proporção de famílias inadimplentes era mais baixa: 28,3% tinham contas em atraso.

Com base nesse recuo, medido pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), a Confederação Nacional do Comércio



Juros elevados e seletividade de crédito estariam contendo 'ímpeto' de consumo familiar

de Bens, Serviços e Turismo (CNC) concluiu que os brasileiros ficaram menos endividados e inadimplentes no primeiro mês do ano. Levando em conta

Ao mesmo tempo, em nota, a CNC pondera que "por outro lado, o estudo mostra o crescimento da percepção de endividamento, com 15,9% da popu-

lação considerando estar 'muito endividada', contra 15,4% no fechamento do ano passado. O sentimento é compatível com o comprometimento da renda: em janeiro, 20,8% dos brasileiros destinaram mais da metade dos rendimentos às dívidas, o maior porcentual desde maio de 2024. Em média, as famílias deslocaram 30% dos ganhos

para esta finalidade".

A melhoria de desempenho familiar estaria associada à uma postura mais 'cautelosa', quando o assunto é a contratação de dívidas, ante um cenário de juros muito altos, marcado pela seletividade do crédito, variáveis responsáveis por uma percepção mais negativa a respeito do endividamento.

Varejo mira integração física e digital

Quais as tendências para o futuro do comércio varejista no Brasil? Para dar conta da resposta, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio) promoveu, nessa quinta-feira (7) o webinar O Futuro do Varejo – Tecnologias e Estratégias da NRF 2025, voltado aos empresários do setor para sinalizar os cuidados e preparativos necessários, tanto a curto quanto a

médio e longo prazos.

Integração entre lojas físicas e digitais e serviços de entregas rápidas são pontos que merecem atenção de varejistas que quiserem crescer, ou se manterem em atividade.

A avaliação partiu da assessora técnica da entidade, Kelly Carvalho, a partir das discussões de outro evento, realizado em janeiro nos Estados Unidos, organizado pela National Retail Federation (NRF).

Priorização

"A digitalização deve ser priorizada, com investimentos em e-commerce, marketplaces e integração entre canais físicos e digitais. O varejo de bens essenciais tende a se beneficiar do aumento da renda e do emprego, enquanto segmentos dependentes de crédito devem focar em promoções e condições facilitadas de pagamento", disse Kelly.

A integração entre os meios

físico e digital (modelo omnichannel) será indispensável, comentou Kelly.

Segundo ela, a ideia é que as lojas físicas deixarem de ser apenas pontos de venda e passarão a atuar como centros de experiência, distribuição e suporte, "onde os consumidores poderão experimentar produtos antes de comprar online, retirar pedidos feitos pela internet e contar com um atendimento mais personalizado".

Moedas emergentes atropelam dólar

Após a leve alta de ontem, quando interrompeu uma sequência de doze pregões consecutivos de baixa, o dólar apresentou queda na sessão desta quinta-feira (6). O real e outras divisas latino-americanas voltaram a ganhar terreno em meio à valorização do minério de ferro e à perspectiva de que não haja uma escalada na guerra comercial entre Estados Unidos e China.

Afora um movimento de alta na primeira hora de negócios, quando superou R\$ 5,80 e registrou máxima a R\$ 5,8244, o dólar operou o restante da sessão em terreno negativo. Operadores voltaram a relatar entrada de fluxo comercial e de investidores estrangeiros para bolsa doméstica.

No meio da tarde, o dólar rompeu pontualmente o piso técnico de R\$ 5,75, com mínima a R\$ 5,7488. A redução dos ganhos do peso mexicano,



Valorização do real acaba forçando recuo do dólar: -0,52%

após o Banco Central do México (Banxico) reduzir a taxa básica de juros de 10% para 9,50%, tirou parte do fôlego de outras moedas da região, incluindo o real.

No fim do pregão, o dólar à vista era cotado a R\$ 5,7639, queda de 0,52%. A divisa recua

1,25% nos quatro primeiros pregões de fevereiro, desvalorização anual de 6,74%. Após ter liderado as perdas em relação ao dólar em 2024, o real apresenta o segundo melhor desempenho entre as principais divisas globais em 2025, atrás apenas do rublo russo.

Para o economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima, o comportamento do real espelha a redução de prêmios de risco embutidos em moedas emergentes diante da percepção de que Trump vai adotar uma postura "gradual e faseada" no front comercial, como mostra o adiamento de aumento de tarifas para México e Canadá.

O economista ressalta que as moedas latino-americanas em especial, à exceção do México, se beneficiam da ausência de medidas mais agressivas dos EUA contra a China. Há expectativa até de que eventual conversa entre Trump e o líder chinês, Xi Jinping, resulte em algum acordo para suspensão de tarifas.

"Desde o começo de outubro, as moedas vinham perdendo valor em relação ao dólar, precipitando uma postura bem mais agressiva de Trump.

Futuros voltam a ficar sem direção

Os juros futuros curtos adotaram viés de baixa no período da tarde, com a leitura de que a desvalorização do dólar pode aliviar a inflação no curto prazo.

Já o vértice longo seguiu pressionado, à medida que o mercado volta se preocupar com a dinâmica da dívida pública, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmar, pela manhã, que "tem certeza" que o Congresso aprovará a

isenção do Imposto de Renda para salários até R\$ 5 mil.

A dúvida é sobre como o governo vai compensar, nas contas públicas, o aumento desejado na faixa de isenção. Ainda assim, as taxas fecharam perto dos ajustes da véspera.

A taxa de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 caiu a 14,930%, de 14,968% no ajuste anterior. O DI para janeiro de 2027 fechou estável, a 15%, e o

para janeiro de 2029 subiu para 14,665%, de 14,642% no ajuste de ontem.

A apreciação do real ante o dólar, que cedeu 0,52% (a R\$ 5,7639), fez com que o DI de curto prazo conseguisse retomar o viés de baixa. Isso porque a queda do dólar alivia as expectativas de inflação, segundo Julio Hegedus Netto, economista da Confiance Tec.

A volatilidade dos juros futuros vista pela manhã se deu

principalmente pela dinâmica relacionada ao leilão do Tesouro, segundo o estrategista Tiago Castro, da Cambirela. Após o leilão, houve espaço para maior alívio na curva de juros.

O Tesouro Nacional vendeu 8 milhões de Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F), número que foi ofertado.

A autoridade também vendeu 10,462 milhões de Letras do Tesouro Nacional (LTN), abaixo da oferta de 13 milhões.